

**CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE PARA AMAZÔNIA: DISCURSOS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARÁ
(2007-2024)**

Arianny Dantas¹

Thiago Reisdorfer²

RESUMO:

O presente trabalho consiste em analisar discursos sobre o desenvolvimento regional apresentados pelas Universidades Federais do estado do Pará. As universidades estudadas são: Universidade Federal do Pará (UFPA) e as desmembradas dessa; Universidade Rural da Amazônia (UFRA); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). A temática analisada tem como uma das principais finalidades historicizar os discursos de desenvolvimento da Amazônia Legal dessas universidades entre 2007 e 2024. Desse modo, o objetivo será analisar as concepções das universidades por meio dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) a partir de recortes destes documentos. Serão analisados os seguintes tópicos: HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE, MISSÃO E OBJETIVOS todos situados de um item obrigatório a todos os PDI's: "Perfil Institucional". Dessa forma, será possível problematizar a universidade como espaço que não se limita apenas em atender a demanda de qualificação por meio de ensino superior, mas uma instituição que se articula com a sociedade, governo e a própria comunidade universitária. Esta análise permitiu perceber as transformações, rupturas e permanências das suas definições, decisões, ações e prioridades no decorrer de sua história. Foi possível perceber um foco significativo das instituições na promoção do desenvolvimento econômico acompanhando as políticas desenvolvimentistas brasileiras do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: AMAZÔNIA LEGAL. UNIVERSIDADES. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. PARÁ.

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Possidônio Queiroz. E-mail: ariannydutra@aluno.uespi.br

² Doutor em História (UDESC). Professor do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Possidônio Queiroz, Oeiras – PI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4038-3811>. E-mail: thiagorhs@hotmail.com

D978c Dutra, Arianny Dantas.

Concepções de Universidade para Amazônia: Discursos Sobre o Desenvolvimento Regional nas Universidades Federais do Pará (2007-2024) / Arianny Dantas Dutra. - 2025.

37f.: il.

Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Licenciatura Plena em História, Oeiras - PI, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Thiago Reisdorfer".

1. Amazônia Legal. 2. Universidades. 3. Desenvolvimento Regional. 4. Pará. I. Reisdorfer, Thiago . II. Título.

CDD 378.101

APRESENTAÇÃO:

O presente artigo tem como finalidade problematizar discursos institucionais das universidades federais paraenses produzidos entre 2007 e 2024, que possibilitam pensar as interposições políticas e sociais por meio do contexto histórico que elas estão inseridas. As instituições estudadas todas localizadas na Amazonia Legal, abrangem uma historicidade marcada pelas intervenções e ideais estadistas que não podem ser colocados à margem quando se fala da construção da concepção de Autarquias Federais, as Universidades em análise, que envolvem discursos institucionais direcionados para o desenvolvimento regional. Segundo Oliveira (2017) e Piffer (2017), a Amazônia Legal foi instituída pela Lei Complementar nº124, de 3 de janeiro de 2007 e foi delimitada geograficamente pelos militares da década de 1960, composta por nove estados da federação, localizados no norte e oeste do país, sendo eles: Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Ressalta-se a característica da região dada como vazio demográfico pela ausência de bases exportadoras, o que inviabilizou a vivência de pessoas que já eram da região onde foram executadas ações direcionadas para exploração de recursos naturais e a um processo de colonização.

Nesse sentido, para melhor compreensão do objeto histórico deste trabalho, é importante discutir o conceito de universidade proposto pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Apesar de haver diversas formas de pensar as instituições em cada região do Brasil, é imprescindível problematizar as concepções apresentadas pela Lei que organiza o Estado brasileiro. De acordo com a Constituição Federal, “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (CF, 1988, Art.207. p.118).

À vista disso, é possível perceber que a partir da declaração de que a instituição possuí “autonomia administrativa, financeira e patrimonial”, é identificado que o modelo de universidade apresentado pelo Estado é de ser uma instituição constituída de autodeterminação no que se refere a construir uma concepção regida por uma história, missão e objetivos. Isto é, as universidades possuem o poder de decidir, escolher e de instituir um discurso, que de acordo com a teoria do discurso de Foucault (1970), é um produtor de realidade, assim como é regido por quem tem um determinado poder.

Posto isso, este artigo busca complexificar esses discursos das universidades a partir de perguntas como: Como as instituições apresentam suas histórias, missões e objetivos

institucionais? Quais são as escolhas e decisões nos discursos que emergem nas missões institucionais? Como podemos pensar a articulação das universidades com seu meio social a partir dessas questões? Qual tipo de desenvolvimento elas apresentam? À vista disso, a discussão deste artigo busca desnaturalizar os discursos estabelecidos nos documentos oficiais, PDIs, que apresentam a concepção de que instituições públicas são criadas e direcionadas para determinados objetivos sem considerar a historicidade e as implicações políticas da região que pode intervir nesses discursos com finalidade de atender determinados interesses, sejam eles financeiros, sociais ou ideológicos. Isto é, a análise desses documentos será estudada não como verdades absolutas ou neutras, mas como resultados de um contexto histórico, político e social que se referem as políticas desenvolvimentistas do século XXI. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) criado pela Lei nº 10.861/2004³ que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, regulamentou a obrigatoriedade do PDI com o intuito de avaliar as instituições considerando as dimensões institucionais que envolvem o PDI e os seus elementos como: Missão, objetivos, metas em sua área de atuação, bem como a apresentação de um histórico da implementação da universidade e do seu desenvolvimento.

Os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) como instrumentos de planejamento das universidades permitem revelar as concepções dessas instituições em suas regiões de atuação a partir de uma análise da apresentação dos discursos do Perfil Institucional por meio dos elementos: história da universidade, missão e objetivos que essas instituições apresentam de médio a longo prazo por meio da publicização desses PDIs. Além disso, é fundamental discutir as implicações de políticas públicas nesses discursos apresentados pelas instituições, especialmente considerando que as universidades analisadas foram criadas, expandidas ou reformuladas por intermédio de planos como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁴ iniciado em 2007. Outro ponto a ser analisado, são as controvérsias entre o discurso oficial do REUNI, direcionado à democratização do acesso e ao desenvolvimento regional, e a sua implementação evidenciada nas publicizações de projetos e de parcerias institucionais que nem sempre respondem de forma concreta aos desafios

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm

⁴ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado pelo Decreto nº.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

históricos e estruturais da região da Amazônia como revelam os discursos das instituições em seus próprios sites oficiais.

As universidades analisadas são: Universidade Federal do Pará (UFPA)⁵; Universidade Rural da Amazônia (UFRA)⁶; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)⁷; Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).⁸ A definição da análise dessas 4 (quatro) universidades se realiza ao verificar que elas são interligadas no que se refere aos discursos de suas histórias e das razões de existir direcionadas para o desenvolvimento do estado do Pará pertencente a região da Amazônia. Além do recorte geográfico, é fundamental discutir a implementação de políticas públicas, como o (REUNI), que a partir de 2007, possibilitou a criação de novos campi, assim como a ampliação de cursos e infraestrutura nessas universidades. Ou seja, é necessário analisar se esse programa contribuiu para disseminação de uma concepção de universidade direcionada para um discurso de desenvolvimento para a Amazônia, seja por meio da criação de universidades com essa finalidade, seja pela implementação de cursos voltados para esse desenvolvimento, ou se, na realidade, foi apenas uma política que assumiu e perpetuou esse discurso.

Nesse contexto, ressalta-se que a Universidade Federal do Pará (UFPA), além de ser a primeira universidade criada, será analisada como universidade sede, visto que ela assume o papel de tutora das implantações das demais e, que foi desmembrada dando origem a outras universidades, como a UFOPA, UNIFESSPA e a UFRA, essa última transformada em universidade em 2002 no governo Fernando Henrique Cardoso que também faz parte do processo de expansão no quesito de novos cursos e expansão da UFPA.

Dessa forma, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) criado pela Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentado pelo Decreto n° 5.773 de 09 de maio de 2006, será possível analisar como as universidades se apresentam no decorrer do tempo, uma

⁵ Universidade criada em 1957 a partir da Lei n° 3.191, de 2 de julho de 1957 disponível em: [LEI N° 3.191, DE 2 DE JULHO DE 1957](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12085.htm).

⁶ Com a promulgação da Lei n° 10.611, de 23 de dezembro de 2002, foi criada a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). A instituição, até então Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), foi transformada em universidade disponível em: [https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3690:ufra73anos-relembre-fatos-historicos-pioneiros-e-curiosos-sobre-a-instituicao&catid=17&Itemid=121#:~:text=Com%20a%20promulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei,Rural%20da%20Amaz%C3%A9s%20\(UFRA\).](https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3690:ufra73anos-relembre-fatos-historicos-pioneiros-e-curiosos-sobre-a-instituicao&catid=17&Itemid=121#:~:text=Com%20a%20promulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei,Rural%20da%20Amaz%C3%A9s%20(UFRA).)

⁷ Criada em 2009 por desmembramento da UFPA e da UFRA por meio da Lei n°12.085 de 5 de Novembro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12085.htm

⁸ Criada em 2013 por desmembramento da UFPA a partir a Lei n° 12.824 de 5 de junho de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12824.htm

vez que esses documentos institucionais têm validade de 5 (cinco) anos, embora muitos com durações diversas, como no caso do primeiro PDI da UFPA válido de 2001-2010. A primeira universidade no estado do Pará, a Universidade Federal do Pará, criada no governo do Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1957, período entre o Estado Novo e a Ditadura Militar, demonstra uma articulação entre Estado, governo e sociedade quando se fala da concepção de universidade, pois foi criada por um governo que privilegiou a universidade apenas enquanto formadora de mão de obra especializada para o parque industrial que viria a ser construído (ESTHER, 2016).

Partindo disso, é importante discutir que a criação da UFPA foi dada dentro de um longo ciclo do desenvolvimento brasileiro entre 1930 e 1980, o que explica a disseminação de um modelo de desenvolvimento para o país, promovido pelo Estado, juntamente com atores sociais, como as universidades. Diante disso, é possível destacar algumas ações implementadas a partir da propagação e aplicabilidade desse modelo de desenvolvimento, como a Operação Amazônia que foi uma política desencadeada pelo governo militar na década de 1960, com o lema “Integrar para não entregar” com o intuito de inserir a região amazônica ao restante do Brasil.

De acordo com Couto (2019):

A Operação Amazônia, em 1966, é manifestação desses princípios duráveis de visão e divisão que foi capaz de reinventar a Amazônia, enquanto fronteira. Reinventar a região é apresentá-la como parte da nação, planejar políticas públicas que promovem o aparecimento da **região personagem**. Desse modo, ela já nasce dentro de uma **formação discursiva na qual os enunciados de espaço, natureza, homem e região se fazem presentes**, tal como o verificamos, aliás, ela é o próprio desejo de imprimir função enunciativa a esses temas: **o silenciamento do homem e a emergência da região como sujeito**. (COUTO,2019, p.31, grifo nosso)

A partir dessa discussão, é importante mencionar as problemáticas em torno da criação dessa Operação, visto que a “região personagem”, citada por Couto (2019), é empregada como um sujeito central dessa política, o que permite contestar a ausência de importância pela Ditadura Militar no que se refere aos direitos e da presença de povos indígenas e das comunidades tradicionais gerando assim, um “silenciamento do homem e a emergência da região como sujeito” como mencionado por Couto (2019). Além disso, nesse contexto, é imprescindível discutir que a implementação dessa operação também promoveu um desenvolvimento sem êxito sustentável, visto que com a proposta da integração nacional da região eram de obras ligadas a infraestrutura desencadeando a construção de grandes rodovias como a Transamazônica BR-230 que ocuparam o território, uma vez que essa ocupação

desencadeia desmatamento, degradação da floresta, assim como não adentrou regiões de populações locais como indígenas e ribeirinhos.

Outra implementação com a finalidade de ligar a Amazônia a outras regiões do país, foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1967. De acordo com Brianezi e Sorrentino (2012), a criação da ZFM teve como objetivo de promover a industrialização e instalação de empresas para fortificar a presença do Estado brasileiro na região amazônica. Além disso, foram implementados incentivos fiscais para empresas se instalarem na região, o que também causou grandes desmatamentos e conflitos com povos indígenas, o que permite reiterar que foi uma política baseada no ideal de desenvolvimento, mas que pouco se preocupou com a realidade socioambiental da Amazônia. Nisso, é importante destacar que os debates sobre o meio ambiente ainda eram incipientes, visto que só a partir da década de 1970 por meio da Conferência de Estocolmo (1979), que foi a Primeira conferência mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o meio ambiente, em que o Brasil fez parte.

Além do desencadeamento dessas problemáticas, é relevante discutir que esse modelo de desenvolvimento propagado nesse período perdura até os dias atuais, uma vez que ainda há na região da Amazônia uma política de desenvolvimento excludente e incompatível com a realidade regional como é possível perceber em diversos sites⁹ de notícias que contextualizam esses impasses.

Ao contextualizar que a UFPA foi criada no decorrer da implementação de uma concepção desenvolvimentista, é imprescindível interpretar historicamente que a propagação desse discurso de desenvolvimento para Amazônia perpetuou não só na criação políticas de desenvolvimento, que foram excludentes e ambientalmente danosas, como também incidiu na construção e permanência de um discurso direcionado para o desenvolvimento para a Amazônia. Este é apresentado como um discurso inquestionável que é assumido por diversos agentes sociais, entre eles as universidades, especialmente as federais analisadas neste texto acadêmico.

⁹Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/09/impacto-em-comunidades-tradicionalis-leva-mpf-a-pedir-suspensao-de-projetos-de-creditos-de-carbono-no-amazonas/>

Disponível em: <https://humanamente.fiocruz.br/agora/expansao-do-agronegocio-esta-afetando-os-ribeirinhos-na-amazonia/>

Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2022/07/20/desmatamento-reflorestamento-e-desenvolvimento-social/#:~:text=Estudos%20cient%C3%ADficos%20demonstram%20que%20destruir,muitos%20casos%20sofre%20uma%20redu%C3%A7%C3%A3o.>

Diante disso, além da inserção desses discursos nas instituições no período do ciclo do desenvolvimento brasileiro entre 1950 e 1980, cabe ressaltar que também houve interferências mais diretas nas universidades no que se refere à apropriação dos discursos para o desenvolvimento da Amazônia. Esse processo também ocorreu durante as fases de transições democráticas, especialmente no período da Nova República e por meio de governos com políticas públicas voltadas para as universidades, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciado em 2007, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), e posteriormente continuado no governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Essas políticas públicas, mais especificamente, o REUNI, serão problematizadas como uma vertente que faz parte da construção e da perpetuação dos discursos narrados pelas próprias universidades, com o objetivo de analisar suas contribuições de como elas se apresentam e quais são as premissas que envolvem seus discursos.

O presente trabalho também dialoga com a história do tempo presente em que as universidades estudadas estão inseridas. Dessa forma, serão utilizadas as contribuições do historiador Carlos Fico (2016), Muller e Iegelski (2018) que permitem analisar as universidades e a implementação dos seus objetivos e ações definidas por meio dos mecanismos da história do tempo presente.

De acordo com Muller e Iegelski (2018), a história do tempo presente não pode desconhecer a evidência de que a história é escrita partindo de um ponto de vista, e por esse motivo, é uma história também política, já que é permeada de acontecimentos que estabelecem periodizações, significados e valorações desses discursos. O contexto histórico contará com as contribuições de Ferreira e Neves (2018) que permitem historicizar a periodização dos momentos histórico-políticos brasileiros que essas universidades foram criadas e que estão inseridas.

A fim de analisar as fontes históricas, esse trabalho apresentará análises dos discursos proposta por Moraes (1999) e Reisdorfer (2021) a partir da identificação, construção e da categorização dos discursos apresentados pelas universidades nos PDIs, que são categorizados a partir de como as instituições apresentam suas histórias, missões institucionais e objetivos. Tal como, qual o tipo de desenvolvimento que elas apresentam no plano. Dessa forma, será possível problematizar as causas de criação dessas universidades bem como, de acordo com autora (ÉSTHER, 2016), compreender além dos discursos, mas, necessariamente, a eles

associados, decisões concretas e pragmáticas que precisam ser tomadas, como, por exemplo, prioridades quanto à distribuição de recursos públicos.

O presente artigo inicia-se com a apresentação dos referenciais teóricos que fundamentam a compreensão da universidade como um espaço que produz representações por meio de seus discursos, tomando como base as contribuições de Chartier (1988) e Foucault (1970). Em seguida, serão discutidos os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento regional, com o apoio dos autores Rist (2008), Celso Furtado (1961) e Bertha Becker (2005), esta última reconhecida por suas análises sobre a Amazônia. Na segunda parte, propõe-se a contextualização da universidade brasileira, a partir das contribuições de Fávero (2006) e Esther (2016), com o objetivo de compreender a universidade como um objeto histórico. O tópico seguinte dedica-se à análise crítica dos documentos oficiais, especialmente os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), buscando identificar a apresentação dos discursos das Universidades Federais acerca da Amazônia, bem como identificar as contribuições e contradições do REUNI (2007). Por fim são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

REFERÊNCIAL TEÓRICO:

A partir dos referenciais teóricos pensados para este artigo, é possível pensar a universidade como um espaço que constrói representação a partir da apresentação dos seus discursos. A fim de discutir essa representação, será utilizado o conceito de representação abordado por Chartier (1988). De acordo com Chartier (1988), representações são formas simbólicas criadas por sociedades que estabelecem sentidos, valores e identidades, que estão direcionadas por discursos, ideias, imagens e símbolos. Conforme Chartier (1988), o intuito das sociedades em construir essas formas simbólicas é de estabelecer uma compreensão e de organizar a realidade que as envolvem.

Por meio dessas discussões, é possível pensar nas representações construídas pelas Universidades Federais por meio da difusão dos seus discursos nos documentos institucionais, uma vez que as ideias centrais do conceito de representação por Chartier (1988), sugerem que estas não são neutras, pois são investidas de disputas simbólicas, relações de poder e de interesses sociais. Isto é, os discursos proferidos pelas instituições apresentam realidades que foram construídas historicamente. E para compreender essas realidades, é preciso analisar as práticas sociais e as historicidades no que se referem a identificar quem as produz, em qual contexto estão inseridas e como são adquiridas.

Por meio dessas discussões do conceito de representação, será possível pensar a construção da concepção dessas universidades a partir da análise da representação dos discursos da história, missões e objetivos que essas instituições apresentam de médio a longo prazo por meio da publicização desses PDIs. Além disso, perceber quais são as implicações dessa representação, uma vez que de acordo com Chartier (1988), essas formas simbólicas não são imparciais, são constituídas por e através de valores e construções ideológicas presentes nas sociedades.

Além disso, para o desenvolvimento da análise das fontes deste artigo, é importante aprofundar também no conceito de discurso por meio das contribuições de Foucault. Em *A ordem do discurso*, o autor apresenta contribuições teóricas para compreender as dimensões que circundam as concepções de universidade para a Amazônia por meio dos seus discursos sobre o desenvolvimento regional. De acordo com Foucault (1970), a produção do discurso é controlada, selecionada e organizada e redistribuída por procedimentos que têm por função convocar e produzir poderes e domínios. Para este artigo, a contribuição teórica de Foucault permitirá problematizar os discursos das universidades acerca do desenvolvimento regional para a Amazônia a fim de pensar a concepção elaborada pelas universidades no decorrer dos anos.

Conforme Foucault (1970) “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1970, p.10). A partir disso, é possível refletir que os discursos proferidos pelas instituições não são meros documentos institucionais, uma vez que as interdições, ou seja, as escolhas do que pode ou não ser dito apresenta que o discurso não é algo neutro. Isto é, ao apresentarem uma concepção de universidade para região amazônica revelam o desejo de expressar um discurso que está intrinsecamente direcionado ao poder de quem o controla.

Diante dessas discussões, é preciso considerar que os discursos advindos de documentos oficiais, nesse caso, os PDIs, expressam uma vontade de verdade. De acordo com Foucault (1970), determinados discursos são valorizados e tidos como verdadeiros, o que permite problematizar que outros são descartados a partir da ideia de serem invalidados dependendo das instituições de poder, ou seja, de quem fala e controla o discurso. Diante disso, um dos objetivos desse artigo está direcionado a problematizar os discursos que as universidades proferem a partir de suas finalidades sociais e econômicas articuladas com o governo e a sociedade que pertence a região dessas universidades.

Outrossim, é importante salientar que Foucault (1970) contribui também para historicizar o discurso como instrumento de poder a partir da ideia de que ele não representa algo imparcial da realidade, mas que produz e define o que é verdadeiro ou falso no que se refere aos efeitos de quem tem o poder de produzi-lo. Além disso, é preciso retornar as problematizações deste artigo no que se refere a quem intervém nas decisões, escolhas e construções dos discursos dessas universidades? Sobre o que é falado? A partir dessas questões, é possível pensar de acordo com Foucault (1970), que os discursos não são dominados por um sujeito, mas por estruturas discursivas e por instituições que são regidas por contextos históricos, sociais e regionais.

No caso dos PDIs há uma característica específica de documentos oficiais. Eles não possuem autoria individualizada. As fichas catalográficas e indicações de autoria se referem às instituições. Em geral, surge apenas a equipe responsável pela construção do documento, mas não localizamos nenhum caso em que os “escreventes” tenham sido identificados individualmente ou apontadas as suas responsabilidades. Dessa forma o discurso se coloca como “impessoal e institucional”, visando agregar camadas de respeitabilidade e neutralidade. Mas, de fato, o que ocorre é uma invisibilização dos debates, embates e disputas pela construção desses documentos dentro de instituições que são, geralmente, plurais.

A fim de pensar a metodologia deste trabalho, é preciso pensar na categorização dos principais conceitos que contribuem para analisar os discursos das Universidades Federais da região do Pará. Desse modo, é importante problematizar conceitos predominantes nos discursos das instituições, tal como o conceito de desenvolvimento apresentado de forma permanente nas missões institucionais. O que é possível perceber também no próprio nome do documento oficial das universidades: Plano de “Desenvolvimento” Institucional, que apresenta um sentido de evolução planejada e qualificada da instituição de maneira contínua, o que justifica os PDI’s serem reformulados a cada 5 (cinco) anos que podem apresentar ou não novas missões, histórias e objetivos institucionais. À título de exemplo, na UFOPA no PDI de 2012-2016 apresenta a seguinte missão institucional: “Producir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” e no PDI de 2019-2023 apresenta a mesma missão.

Partindo disso, é importante discutir a respeito desse conceito presente nos discursos e para isso, dispomos do conceito de Desenvolvimento trabalhado pelo sociólogo Gilbert Rist, em sua obra *O Desenvolvimento: História de uma Crença Ocidental* de 1996. De acordo com Rist (2008), o conceito de desenvolvimento é uma construção histórica partindo do Iluminismo

e do Colonialismo, uma vez que mostra no século XIX, que a Europa construiu um ideal de superioridade que classificava quem eram as sociedades tidas como atrasadas e primitivas. Conforme o autor, o conceito de “desenvolvimento” se dissemina em uma escala global após a Segunda Guerra Mundial em 1949, quando Harry S. Truman durante sua posse para o segundo mandato como presidente nos Estados Unidos, discursa sobre os países subdesenvolvidos que inaugura a ideia de que os EUA (Ocidente) possuem a missão de ajudar esses países a se tornarem desenvolvidos. Partindo disso, Rist (2008) discute que o discurso de Truman transformou o desenvolvimento em uma nova roupagem de dominação investida como uma forma de cooperação.

Além disso, Rist (2008) argumenta que o desenvolvimento enquanto discurso é uma narrativa cultural e não um processo neutro, pois apresenta problemáticas no que se refere à naturalização de desigualdades regionais e globais, que definem quais são os lugares atrasados e outros mais avançados. Dessa forma, ao pensar uma concepção de universidade por meio dos discursos direcionados para o desenvolvimento da Amazônia, é importante problematizar qual é o tipo de modelo de desenvolvimento proposto por essas instituições, uma vez que segundo Rist (2008), não há um único modelo de bem-estar, riqueza ou civilização, pois o desenvolvimento ao longo da história tentou e ainda tenta impor uma homogeneidade que reprime a diversidade de modos de vida existentes em diferentes sociedades.

Além dessas questões que se referem apenas ao conceito de desenvolvimento de forma geral e mais abrangente, é importante discutir o conceito de desenvolvimento regional que está direcionado para um recorte geográfico específico, que está apontado neste artigo para a região da Amazônia que abrange o estado do Pará onde as Universidades Federais apresentam esses discursos. Para pensar o conceito de desenvolvimento regional dispomos do economista Celso Furtado (1961), que apresenta que as principais ideias do desenvolvimento regional é pontuar que a região é importante e que o desenvolvimento para ela deve considerar as especificidades históricas, culturais das sociedades da região. No entanto, a partir das contribuições da geógrafa, que é referência em temáticas ligadas a Amazônia, Berttha Becker (2005), o conceito de desenvolvimento para a Amazônia está direcionado a um contexto histórico de integração forçada, exploração e de políticas públicas com o pretexto de reduzir as desigualdades, que por vezes, apenas reforçou a definição de quem são os lugares atrasados que são consequentemente atrelados à um processo de dependência e de exclusão e de quem são os lugares modernos que irão cooperar para esse desenvolvimento.

Nesse contexto, quando se fala dos discursos das instituições direcionados para o desenvolvimento da região da Amazônia, é importante pensar, que de acordo com Becker (2005), grande parte da história republicana brasileira da Amazônia foi apresentada e vista como uma região periférica com recursos naturais, mas que do ponto de vista econômico, era uma região atrasada. Em virtude disso, os conceitos apresentados serão desenvolvidos e abordados nas análises dos PDIs com o intuito de pensar as problemáticas para além dos discursos institucionais, ou seja, de desnaturalizar esses discursos, que de acordo com Foucault (1970), são um campo de disputas que criam realidades, influenciam comportamentos e estabelecem verdades.

HISTORICIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A fim de analisar a universidade como objeto histórico, este artigo dialoga com as contribuições de Fávero (2006) e Esther (2016) no que se refere à historicidade das universidades brasileiras. De acordo com Fávero (2006), a história da criação da universidade brasileira é apresentada, por meio da resistência de Portugal e da sua política de colonização, ou até mesmo, de brasileiros, que não enxergavam motivos para serem criadas instituições universitárias na Colônia. Consideravam mais conveniente às elites desse período se direcionarem para a Europa a fim de realizar estudos superiores. Nesse sentido, vale ressaltar que, desde logo, a Coroa portuguesa negou aos jesuítas, ainda no século XVI, a tentativa de serem criadas na Colônia, o que levou os alunos dos colégios jesuítas irem para a Universidade de Coimbra ou para outras universidades europeias. Nesse contexto, conforme Fávero (2006), percebe-se, ao longo dos anos, tentativas de criação de universidades no Brasil, o que remete a compreender uma política de controle nos períodos Colonial e mesmo Monárquico em conter quaisquer indícios de independência cultural e política.

A partir das contribuições de Fávero (2006) na história da educação do ensino superior no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro é constituída como a primeira universidade criada legalmente pelo Governo Federal. Conforme a autora, a primeira universidade oficial teve um papel primordial em desencadear problemáticas da universidade no Brasil, visto que a sua criação resultou em críticas no governo da República. Diante disso, Fávero (2006), discute a atuação da Associação Brasileira de Educação e da Academia Brasileira de Ciências (ABC) que discutem questões acerca da concepção, funções, autonomia e modelo de universidade a ser adotado nas universidades brasileiras. Ante o exposto, a autora apresenta que houve duas posições a respeito das funções básicas do papel da universidade, as quais seriam: “Os que

defendem as suas funções básicas como a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional.” (FÁVERO, 2006, p.22) essas eram a discussões realizadas pela Associação Brasileira de Educação e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Segundo Fávero (2006), a Universidade voltada para formação profissional prevaleceu no sentido de definir a finalidade principal da educação superior, o que resultou na ênfase nos cursos profissionais como medicina, direito e engenharia durante a colônia e o império. Nesse contexto, é importante discutir as duas concepções de universidade tanto a voltada para o centro de pesquisa e produção científica, como a direcionada para a formação profissional as duas são existentes e marcantes no ensino superior do Brasil até os dias atuais, apesar de que as universidades públicas e principalmente as federais buscam equilibrar as duas finalidades, uma vez que apesar de haver Programas de Iniciação Científica também há Hospitais universitários que servem de campo de prática para estudantes da área da saúde.

É importante relatar, conforme as contribuições de Fávero (2006), que o Governo Provisório de Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e da Saúde Pública em 1930. A partir daquele, foram implementadas reformas de ensino secundário e superior. Nesse contexto, destaca-se que essas reformas assumem formas definidas no campo político e educacional, tendo como principal objetivo desenvolver um ensino direcionado à modernização do país na formação da elite e na capacitação profissional para o trabalho. Apesar dessa centralização do Governo Provisório, houve a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Na USP, instituída por meio do Decreto nº6.283/34, por meio da criação dessas universidades já é possível verificar uma formação de suas concepções por meio de suas finalidades, a título de exemplo os objetivos da USP a seguir:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres. (USP apud FÁVERO,2006, p.25).

Diante dos objetivos da USP apresentados, é possível perceber que a instituição, desde sua criação em 1934, assumiu um posicionamento alinhado com os que defendem a função básica da universidade como produtora de conhecimento e espaço de pesquisa científica. Segundo Fávero (2006), a criação da USP foi uma tentativa de alternativa ao modelo profissionalizante, o que remete a ser uma universidade voltada para o ensino, pesquisa e

formação. Com base nisso, a partir de 1935, é importante também destacar, que são ampliadas as tendências de uma política centralizadora e autoritária, que não impediu o fundador da UDF, Anísio Teixeira, proferisse o exercício de liberdade e da autonomia universitária em pleno Estado Novo, o que concerne em caracterizar as concepções de universidades pensadas pelos seus fundadores apesar da política centralizadora. De acordo com Anísio Teixeira em seu discurso na inauguração dos cursos da UDF:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. (FÁVERO, 2006 apud TEIXEIRA, 1998, p. 35)

Apesar da resistência as ideias progressistas, a UDF foi extinta em 1939 durante o Estado Novo como forma de reprimir o exercício de liberdade e da autonomia universitária, bem como a evidência de que o Estado buscava controlar a formação ideológica e de reprimir espaços investidos de pensamentos livres. A partir de 1945, com o fim do Estado Novo, surge uma nova fase da história do Brasil, a redemocratização, caracterizada pela Constituição de 1945, como liberal quando profere em seus capítulos “os direitos e garantias individuais”. Nesse período, quando se fala das concepções e funções das universidades, ainda é possível perceber nas instituições, tentativas de autonomia interna como também externa. Apesar da criação de várias universidades e das suas funções serem em grande parte híbridas, o predomínio das suas finalidades predominou na formação profissional, sem ter muita preocupação com a pesquisa e produção de conhecimento.

De acordo com Neves (2001), no período de 1950 verifica-se um ritmo frenético no Brasil referente ao desenvolvimento do país provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico que limitava no meio acadêmico as reivindicações de professores e alunos na análise crítica e sistemática da universidade no Brasil. Nesse contexto, esse ritmo frenético referente ao desenvolvimento do país, apresentava uma concepção universitária direcionada para formação profissional, ou seja, havia um predomínio de políticas econômicas com a finalidade desenvolver o país.

O processo de modernização do ensino superior no país é marcado pela criação da Universidade de Brasília (UnB), que desencadeia na história das universidades do país, diferentes vertentes no que se refere às finalidades e organização institucional. De acordo com Nóbrega (2021), a UNB foi alvo de ataques intensos do Regime Militar em 1964 em que

estudantes e professores foram presos e perseguidos, o que barrou tanto a democracia, bem como os avanços da universidade brasileira. Além disso, em 1968, início da Reforma universitária, a universidade teve a invasão mais violenta pelos militares, conforme Nóbrega (2021):

Foram cerca de 500 pessoas detidas, 60 presas e um estudante baleado pelos militares -período do famoso Ato Institucional Número 5 (AI-5), o mais duro golpe contra a democracia, que concedeu plenos poderes ao regime militar e suspendeu as atividades do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, estabelecendo forte censura, perseguição e tortura contra os dissidentes do regime. (NÓBREGA,2021, p.12-13)

Nesse contexto, é possível perceber que o processo da instituição da universidade brasileira passou por fortes interferências políticas que exigia não só de uma reforma, mas de um regime democrático que permitisse desenvolver sua concepção sem a intervenção na sua autonomia. De acordo com Fávero (2006), a Reforma Universitária é marcada pela participação do movimento estudantil que lutava contra um regime militar, como também contra “o caráter arcaico e elitista das universidades brasileiras”, em que discutiam questões como: “autonomia universitária, ampliação da oferta de vagas, proporcionalidade representativa”.

De acordo com Esther (2016), o desenvolvimento da história da universidade brasileira apresenta a ela um papel direcionado para formação de mão de obra para sustentar o modelo capitalista brasileiro dependente que se acentuava na mão de obra e não em ciência. Conforme Esther (2016), esse papel da universidade que foi buscado e sustentado, apesar das iniciativas e experiências contrárias a esse papel, como a USP e a UDF, criada por Anísio Teixeira, nos primórdios do Estado Novo, foram tomadas e reformuladas pelos governos militares entre 1964-1985.

No que se refere ao estabelecimento das instituições universitárias do Brasil, e principalmente, direcionado para o recorte geográfico deste artigo, é válido discutir as atuações e objetivos atribuídos à essas instituições do estado do Pará. Durante o desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek, é importante destacar que o governo privilegiou a universidade como formadora de mão de obra especializada para a industrialização brasileira. Segundo Kang (2017), durante o governo Juscelino Kubitschek, o financiamento educacional priorizou o ensino superior, em detrimento da educação primária, com o objetivo de formar mão de obra especializada para sustentar a industrialização brasileira.

Nesse Governo, é importante relatar a criação da Universidade Federal do Pará (UFPA) pela Lei nº3.191 de 2 de julho de 1957, situada no estado do Pará e em sua capital, Belém,

sendo a primeira a ser criada dentre as quatro universidades analisadas como objeto histórico deste artigo. É válido explanar, que a Lei de criação dessa universidade foi sancionada após cinco anos de tramitação legislativa, como também, foi solenemente instalada, após dezoito meses de sua criação, em uma sessão presidia pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959, em um ato meramente simbólico, uma vez que o Decreto nº42.427 já tinha aprovado, em 12 de outubro de 1957, o primeiro Estatuto da Universidade que definia a orientação da política educacional da instituição.

Nesse contexto, é importante relatar que a UFPA (1957) apresenta em seu PDI (2016-2025) no tópico “Breve histórico da Universidade Federal do Pará” que passou por uma reforma estatutária em 1963 pela Lei nº4.283 de 18 de novembro de 1963, em que “foram implantados novos cursos e novas atividades básicas com o intuito de promover o desenvolvimento regional do Pará, parte da Amazônia, e do aperfeiçoamento das atividades da universidade” (UFPA, PDI 2016-2025, p.20). A partir disso, é importante pensar que o discurso da universidade tende a enfatizar os avanços em termos de criação de cursos, mas é silenciado as condições políticas, sociais e econômicas. Por meio disso, é necessário refletir para quem e com base em quais finalidades essa ideia de desenvolvimento regional foi proposta.

ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES DO REUNI (2007)

Desde o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (2001-2010) publicado em 2002 pela UFPA, no tópico de introdução do documento, é possível verificar como a universidade apresenta sua concepção diante dos desafios da região amazônica. Embora, o recorte temporal deste artigo seja a partir de 2007, é importante relatar que antes da promulgação da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, a UFPA publicou em 2002 esse Plano que tinha como nome “Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará” e não “Plano de Desenvolvimento Institucional”. Isso se dá por conta de que algumas universidades já elaboravam planos estratégicos institucionais, que recebiam nomes diversos. Eles eram e ainda são criados pelas próprias universidades. No caso da UFPA, o Plano foi aprovado pela Resolução nº 604, de 21 de novembro de 2002, que foi um ato oficial do Conselho Universitário (CONSUN) da Universidade Federal do Pará (UFPA) que aprovou o primeiro PDI para o período de 2001-2010. Nisso, com a Lei nº 10.861/2004, o PDI passou a ser exigido por lei como um documento obrigatório para avaliação institucional e todas as universidades e

faculdades brasileiras passaram a ter que elaborar o PDI seguindo as diretrizes do MEC com estrutura padronizada. A seguir um trecho do Plano da UFPA no tópico introdução:

Dante dessa realidade, são inúmeros os desafios postos à Universidade Federal do Pará, **particularmente numa conjuntura nacional** que lhe tem subtraído cada vez mais os instrumentos administrativos e financeiros pelos quais lhe caberia cumprir o designio maior para o qual foi criada: **a construção da cidadania através da produção do conhecimento, do fomento das ideias, da inovação tecnológica, de soluções sociais** inovadoras e da formação de quadros profissionais de qualidade colocados ao serviço da sociedade. (UFPA, PDI, 2002, p.19 **grifo nosso**)

Diante disso, é possível perceber que o fato de a UFPA ter elaborado um PDI em 2002, antes da exigência da Lei nº10.861/2004, indica que a universidade já possuía uma preocupação no que se refere a definir sua representação, bem como a sua autonomia. Outro ponto relevante, é o destaque no trecho “conjuntura nacional” que se referia na falta de investimento na educação superior pública no início dos anos 2000. De acordo com Costa (2019), no governo de Fernando Henrique Cardoso houve uma contenção de gastos públicos no que se refere à expansão do ensino superior. Embora a UFPA reconheça os desafios enfrentados pela universidade, é preciso pensar a concepção de universidade que esse discurso apresenta, tal como as limitações sociais e históricas que ele silencia. Além disso, a concepção apresentada pela UFPA implica, necessariamente, discutir o processo de ocupação da Amazônia até a década de 1970.

Conforme Souza (2020), essa ocupação foi sustentada, entre outros fatores, por elementos do imaginário social, tais como a lenda das Amazonas, a busca pelo paraíso e a incessante procura pelo Eldorado. Esses elementos simbólicos estavam presentes desde o período colonial, reaparecendo em momentos históricos distintos, como na época do ciclo da borracha — quando a Amazônia era promovida como um manancial inesgotável de matérias-primas — e, posteriormente, nos anos de 1970, quando a região passou a ser divulgada como uma "terra prometida" para os nordestinos sem-terra, vítimas recorrentes da seca (Souza, 2020, p. 134).

De acordo com Serra (2004), a Amazônia passou por transformação no que se refere a seus recursos naturais e seus grandes espaços vazios¹⁰, uma vez que foi considerada pelo governo militar um meio de resolver de forma “rápida” vários problemas, tal como econômicos, sociais e geopolíticos. Diante disso, é possível refletir sobre os inúmeros planos governamentais

¹⁰ “Em 1970 ocorre uma verdadeira ruptura histórica e simbólica com a implantação do Programa de Integração Nacional - PIN, que gerou intenso fluxo migratório, especulação fundiária e violentos conflitos entre fazendeiros posseiros, índios, seringueiros e garimpeiros. As populações caboclas, com suas peculiaridades associadas à natureza dos bens mobilizáveis, sofrem as consequências dos impactos causados pela devastação das florestas, extração mineral, construção de represas, pesca industrial indiscriminada etc. “(Corrêa,1994, p.2)

a fim de desencadear o desenvolvimento, bem como os objetivos das universidades da região que apresentam uma concepção direcionada para os indicadores econômicos, social e de sustentabilidade ambiental da região. Conforme isso é possível perceber que UFPA se apresenta em seu PDI na missão institucional dos anos de 2011-2015 a seguinte concepção:

Produzir, socializar e **transformar o conhecimento** na **Amazônia** para a formação de cidadãos capazes de promover a **construção de uma sociedade sustentável** (UFPA 1957, PDI, 2011-2015, p.21 **grifo nosso**)

Apesar da Universidade declarar em seu discurso transformar o conhecimento na Amazônia, é importante refletir acerca das condições da realidade local, uma vez que a região enfrenta grandes desigualdades sociais. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, o município de Melgaço, no estado do Pará, possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil. Nesse contexto, é importante relatar que o citado município está localizado na Ilha do Marajó¹¹, onde não possuem campi universitários próprios, mas que são abrangidos por instituições por meio de polos de educação a distância (EaD). Outro ponto a ser debatido, é a exclusão de populações e conhecimentos tradicionais, bem como as ameaças ambientais, visto que povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos ainda enfrentam barreiras linguísticas, culturais e institucionais no que se refere ao acesso ao ensino superior. De acordo com Cardoso e Ferreira (2025), estudantes indígenas enfrentam dificuldades sociais e culturais no que se refere à integração e permanência nas universidades, o que revela a necessidade de políticas institucionais mais inclusivas para essa comunidade.

Além disso, a UFPA em seu PDI (2016-2025), considera-se a maior universidade pública da Amazônia, o qual apresenta em números: 4.411 alunos matriculados no mestrado; e 2.271, no doutorado. São 120 cursos, distribuídos por 40 doutorados, 58 mestrados acadêmicos e 22 mestrados profissionais. Dos 85 programas no Campus de Pós-graduação da UFPA, 12 estão em *campi* do interior do Estado. Apesar dos indicadores quantitativos e qualitativos apresentado pela UFPA, é possível perceber uma concentração dos programas de pós-graduação na capital do estado, uma vez que dos 85 programas, apenas 12 estão distribuídos na região do interior. Isto é, a grande maioria estão concentrados em Belém, o que pode restringir ou limitar

¹¹ Ilha localizada no estado do Pará, enfrenta profundas desigualdades sociais quanto o acesso ao ensino superior e outros direitos como educação, saúde e infraestrutura. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/isolamento-geografico-amplia-vulnerabilidades-que-caracterizam-as-ilhas-de-marajo/#:~:text=Isolamento%20geogr%C3%A1fico%20amplia%20vulnerabilidades%20que%20caracterizam%20as%20ilhas%20do%20Maraj%C3%83o%20e%20o%20estado%20do%20Par%C3%A1.>

o acesso a um aperfeiçoamento na formação para sociedades que vivem em regiões mais afastadas com menores infraestruturas educacionais. Segue abaixo dois mapas (Figura 1 e Figura 2) em que o primeiro apresenta a distribuição das Universidades Federais e dos seus Campis¹², bem como, a divisão territorial do estado do Pará.

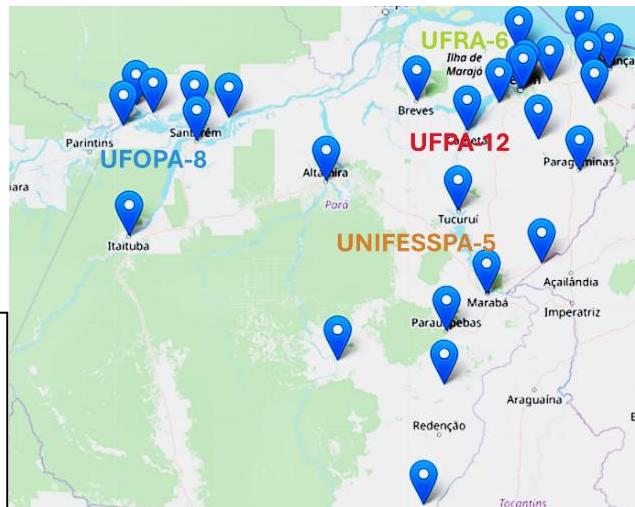


Figura 1-Distribuição dos campis das Universidades Federais do Pará
Fonte: Elaborado pela *Arianny Dantas*, com base em: SEMESP. *O Mapa do Ensino superior no Brasil*. São Paulo: SEMESP, 2023.



Figura 2-Divisão das regiões do estado do Pará.
Fonte: Elaborado pelo **SEMS**. *O Mapa do Ensino superior no Brasil*. São Paulo: SEMESP, 2023.

Nesse contexto, como já citado, a Universidade Federal do Pará (UFPA), além de ser a primeira universidade criada, é um tipo de universidade central, que se desmembrou e deu origem a outras universidades, como a UFOPA, UNIFESSPA e a UFRA. Essas universidades também possuem em comum a participação no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação

¹² Link com Mapa interativo *Distribuição dos campis das Universidades Federais do Pará: campi_universidades_federais_para.html*

e Expansão das Universidades Federais (REUNI). De acordo com o Decreto nº6.096/2007¹³ que instituiu o REUNI, o Programa tem como as principais Diretrizes, neste artigo, será destacadas as seguintes:

Art. 2º

I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
V- Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; (BRASIL,2007)

Além das Diretrizes, as propostas de destinação de recursos financeiros reservados ao Programa que visa à: “Construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa” (Brasil,2007). Tais Diretrizes e destinação de recursos para as universidades, levanta questões importantes quanto à concepção e os discursos dessas instituições. Assim como, a análise de controvérsias entre o discurso oficial do REUNI, direcionado à democratização do acesso e a sua implementação evidenciada nas publicizações de projetos e de parcerias institucionais que nem sempre respondem de forma concreta aos desafios históricos e estruturais da região da Amazônia. De acordo com o “histórico do Campus de Altamira da UFPA” presente no site oficial¹⁴ da universidade, a participação da instituição no Programa realizou:

Para o alcance das metas pactuadas no REUNI foram criados cursos. Em 2008, **Engenharia Florestal**, no ano seguinte foram instalados os cursos de Geografia, Letras (Língua inglesa) e **Etnodesenvolvimento**. Para atender a esse novo contexto, o MEC determinou abertura de concurso público para contratação de 38 professores e 13 técnicos de nível médio e superior, além da liberação de recursos financeiros para construção de laboratórios, salas de aulas e prédios administrativos em Altamira. (UFPA,2019)

Diante do discurso, é possível perceber a criação de cursos como ações positivas do Programa como o curso de Engenharia Florestal e o curso de Etnodesenvolvimento. A criação de um curso de Etnodesenvolvimento implica analisar o fortalecimento do discurso das universidades quanto ao desenvolvimento da Amazônia. Embora isso seja apresentado como ação positiva pela universidade, é importante problematizar que tipo de desenvolvimento esse curso é construído? E para quem? Ações de implementar um curso desse reforça a presença institucional em atender a demanda de uma sociedade mais sustentável, que também contemple as demandas do mercado e do capital. Além disso, a apesar da realização de concurso e liberação

¹³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm

¹⁴ Disponível em: <https://altamira.ufpa.br/index.php/historico.html>

de recursos, ao mesmo tempo, a instituição discursa em seu site oficial quanto aos desafios e problemas a serem superados mesmo com a participação da universidade no REUNI:

Apesar de evidente a importância dessa unidade da UFPA no sudeste paraense, **não são poucos os problemas e os desafios a serem suplantados, principalmente no que diz respeito a logística e infraestrutura.** Percebemos a necessidade urgente de uma melhor infraestrutura no que diz respeito a salas de administração e pesquisa para as faculdades recém-criadas, bem como aumento do número de salas de aula, laboratórios e outros espaços acadêmicos adequados ao processo educacional em visível expansão pela qual passa este Campus. (UFPA,2019 **grifo nosso**).

Por meio disso, é possível perceber que apesar da significativa ampliação de cursos e de vagas nas instituições a expansão física e institucional não foi acompanhada por uma consolidação na infraestrutura como cita as propostas de destinação de recursos financeiros reservados ao Programa pelo Decreto. Além disso, o trecho apresentado revela que, mais de uma década após o lançamento do REUNI, ainda persistem os déficits estruturais fundamentais, visto que o histórico do campus foi publicizado em 2019, o que reforça uma contradição no discurso oficial do REUNI e sua atuação. O REUNI, ao promover uma expansão por meio de metas quantitativas, como aumento de vagas, criação de novos cursos e a ampliação de campi, por vezes também negligenciou as especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas da região amazônica. Não só apenas no estado do Pará, também em outras regiões do Brasil, o que demonstra uma centralização administrativa sem considerar a dinâmica local e seus impactos a longo prazo. De acordo com Santos (2014), a infraestrutura precária nos campi interiorizados como citado em Altamira e nos campis Breves¹⁵ e Santarém no estado do Pará funcionaram por anos em prédios improvisados, sem laboratório e bibliotecas ou acesso à internet de qualidade.

Outro fator importante a ser abordado, é sobre a permanência estudantil e as desigualdades de acesso no ensino superior, que são questões abordadas nas Diretrizes do Programa quanto à “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” Brasil (2007). De acordo com Lima (2013), o REUNI possui limitações no que se refere a permanência dos estudantes de baixa renda e de grupos excluídos, uma vez que o REUNI expandiu as vagas, mas não ampliou na mesma medida políticas que contribuíssem para a permanência estudantil, tal como moradias, transporte e alimentação. Além disso, estudantes de comunidades indígenas, quilombolas ou ribeirinhas enfrentam dificuldades em permanecer nos cursos em virtude dos custos com deslocamentos. Dessa forma, é imprescindível pensar se essas universidades ao

¹⁵ O campus Universitário também enfrentou limitações. A Biblioteca Prof. Ricardo Teixeira de Barros foi inaugurada apenas em 2013, mais de duas décadas após a criação do campus. Disponível em: <https://bc.ufpa.br/conheca-o-sibi-biblioteca-do-campus-do-marajo-soure/>

participarem do REUNI alcançaram consolidar um modelo de universidade que considerasse as realidades locais e os desafios presentes nelas. Ou seja, é fundamental refletir se o REUNI efetivamente contribuiu para o fortalecimento de uma universidade “da” e “para” a Amazônia, ou se, ao contrário, apenas replicou um modelo institucional centralizador, distante das especificidades da região. Tal contradição gera questionamentos no que se refere ao discurso de um modelo de universidade voltada para a realidade da Amazônia e a efetiva construção de fato de uma instituição amazônica.

No que se refere à UFRA (2002), ela foi transformada em universidade em 2002 no governo Fernando Henrique Cardoso, uma vez que foi sucessora da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), em seu PDI (2010-2014) da UFRA, ela se apresenta no tópico “Perfil da Instituição” em um subtópico do PDI: “Histórico da implantação e desenvolvimento da Instituição”, como a mais antiga Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região e em seu PDI (2010-2014), tal como:

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), como sucessora da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), é a mais antiga Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região e tem como tema de **grande preocupação a preservação da Região Amazônica**, assim como sua **exploração racional**. (UFRA 2002, 2010-2014, p.5 **grifo nosso**)

O documento aponta que ela teria como grande preocupação com a preservação da Região Amazônica, assim como com sua exploração racional. Embora a instituição se apresente comprometida com a preservação da Amazônia e que defenda a ideia de uma “exploração racional” dos recursos naturais, é importante pensar as tensões históricas que esse discurso carrega. Isso remete a refletir numa tentativa de utilizar de forma equilibrada o uso econômico e preservação da Amazônia. Entretanto, é imprescindível pensar: é uma exploração racional para quem? A serviço de quais interesses? A partir disso, é possível pensar que os discursos proferidos pelas instituições não são meros documentos produzidos, como dizia Foucault (1970), as escolhas do que pode ou não ser dito apresenta que o discurso não é algo neutro, pois são tidos como verdadeiros e que outros são descartados dependendo das instituições de poder, ou seja, de quem fala e controla.

Dessa forma, é importante discutir que a região carrega a exploração como fator predominante no contexto histórico. Uma vez que havia projetos de ocupação e apropriação, o que não era, por muitas vezes, compatível com os modos de vidas locais e com a preservação ambiental quanto aos direitos e da presença de povos indígenas e das comunidades tradicionais,

o que gerou assim, um “silenciamento do homem e a emergência da região como sujeito” como mencionado por Couto (2019).

Nesse viés, ressalta-se a contradição entre o discurso ambiental da UFRA (2002) e da expansão agropecuária, pois apesar da narrativa, historicamente, segundo Bernardes (2022), instituições ligadas às Ciências Agrárias, incluindo a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), que foi antecessora da UFRA, foram instrumentos de formação de profissionais para a expansão da agropecuária e agronegócio, ou seja, o desenvolvimento racional pode estar mais alinhado com a utilização dos recursos e das técnicas do que para a proteção do ambiente amazônico. Nisso, é importante ir além do discurso institucional, bem como analisar as implicações históricas da atuação dessas universidades na Amazônia, uma vez que a universidade também pode ser um espaço que reproduz ideais de ocupação coloniais, como também um lugar que discute a resistência e a valorização da Amazônia.

De acordo com o PDI (2010-2014) da UFRA, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP foi criada em 1951 como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), a antecessora da UFRA (2002), que oferecia apenas o Curso de Graduação em Agronomia. Isto é, a trajetória do ensino superior em Ciências Agrárias estimulou a comunidade universitária a apresentar à sociedade uma proposta de transformação da FCAP em UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia). Esse pedido de transformação foi sancionado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso) através da Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 24/12/2002. Dessa forma, a UFRA se apresenta no tópico “Histórico da implantação e desenvolvimento da Instituição” presente no PDI como uma das suas concepções direcionada para a região os seguintes objetivos:

A UFRA tem um papel a desempenhar no que concerne ao desenvolvimento e implementação de políticas que respondam à demanda da sociedade no setor agrário. Efetivamente, como mão-de-obra qualificada, os diplomados da UFRA são bem representados nas instituições amazônicas de agricultura e ambiente, incluindo órgãos federais, estaduais, municipais e ONGs. Do momento de sua criação até os dias de hoje, em razão da demanda dos estudantes pelas novas habilidades e conhecimentos, a Instituição se aprimorou em estrutura, em renovação curricular e em recursos humanos, todavia, ainda precisa alcançar patamares nunca almejados e para isso precisa estar sempre se atualizando. (UFRA 2002, PDI, 2010-2014, p.8)

Apesar de perceber um discurso de preocupação em desenvolver a região em que está situada a universidade, não só o estado do Pará, mas a Amazônia e os seus recursos no sentido de qualificar a mão de obra no setor agrário, é importante ressaltar que a atuação da instituição não está isenta dos desafios e das contradições em seus discursos. A reivindicação da UFRA no atendimento as demandas sociais amazônicas demonstram no seu próprio discurso que ainda é

preciso avançar, o que evidencia as limitações históricas ligadas a uma formação acadêmica que seja compatível com as especificidades locais. Outro ponto a ser abordado no discurso, é o foco em “novas habilidades e conhecimentos”, que pode desvincular das variadas dimensões ambientais da Amazônia, tal como numa visão limitada ao desenvolvimento que conforme Rist (2008), o discurso de desenvolvimento é uma nova roupagem de dominação investida como uma forma de cooperação, ou seja, à naturalização de desigualdades regionais, que definem quais são os lugares atrasados e outros mais avançados.

Ao falar da UFOPA (2009), segundo (Motta 2018), em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a Presidência da República, até os anos de 2014, 18 (dezoito) Universidades Federais foram criadas, e a maioria delas em áreas do interior não atendidas pelo ensino superior. No entanto, a UFOPA foi criada a partir do desmembramento do campus da UFPA que já possuía o ensino superior, o que diferencia sua origem das demais universidades. A UFOPA, de acordo com seu PDI (2012-2016) foi criada pelo desmembramento do Campus da UFPA e da UFRA/Polo Tapajós por meio da Lei nº 12.085/2009, sancionada pelo Presidente da República em exercício, José Gomes Alencar da Silva, e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2012. Nesse contexto, é criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009 a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

De acordo com o PDI (2012-2016) da UFOPA, no tópico do histórico da instituição, ela se apresenta como a primeira instituição federal de ensino superior com sede num dos pontos mais estratégicos da Amazônia, no município de Santarém, a terceira maior cidade paraense com destaque para o encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas. Segundo o PDI (2012-2016) da UFOPA (2002) o processo de criação da universidade foi pensado estrategicamente por vários atores sociais a fim de criar uma universidade direcionada para o desenvolvimento regional, a universidade apresenta no tópico “Perfil Institucional” e no subtópico: “Inserção Regional, Nacional e Internacional” a ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior na região:

A área de abrangência da Ufopa passou a ser composta de 20 (vinte) municípios. A população total destes municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do Estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do Estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o Município de Santarém o de maior densidade demográfica - 12,87 habitantes/km. Fazem parte dessa área de abrangência da UFOPA municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa), além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e

Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense. (UFOPA 2009, PDI, 2012-2016, p.25)

Apesar da universidade enfatizar uma inserção regional, nacional e internacional quanto à ampliação do acesso ao ensino superior, é importante pensar nos desafios quanto a baixa densidade e a magnitude territorial, uma vez que a presença da universidade não garante por si só a ampliação do ensino superior, já que o deslocamento é um desafio significativo para grande maioria da população local. Segundo Cunha (2020), a diversidade dos municípios que incluem regiões do Baixo Amazonas, caracterizada por uma grande extensão territorial e dispersão populacional revelam a complexidade socioeconômica e cultural, uma vez que a expansão deve considerar as especificidades locais e reduzir as desigualdades regionais. Além disso, a UFOPA, no tópico direcionado a apresentação de sua história, no PDI de 2019-2023, também apresenta uma concepção sendo direcionada para região onde é situada:

A criação da universidade instalada **no interior da Amazônia** foi motivada por vários fatores, entre eles a relevância do acesso ao ensino superior, a **inclusão social** e o aumento dos investimentos em ciência, tecnologia e **inovações**. Fatores necessários para garantir a formação de **recursos humanos de alto nível** e profissionais qualificados e capazes de **contribuir para a solução dos grandes desafios colocados ao país em relação à Amazônia**, em defesa da diversidade étnico-racial e dos seus recursos naturais. (UFOPA 2009, PDI, 2019-2023, p.15 **grifo nosso**)

Embora UFOPA apresente um discurso direcionado para a valorização da interiorização do ensino superior como solução para os desafios da Amazônia, é possível perceber que o discurso da instituição não considera que conceitos como “inclusão social”; “inovação” e “recursos humanos qualificados” carregam projetos de desenvolvimento. Dessa forma, ao pensar uma concepção de universidade por meio dos discursos direcionados para o desenvolvimento da Amazônia, é importante problematizar qual é o tipo de modelo de desenvolvimento proposto por essas instituições, uma vez que segundo Rist (2008), não há um único modelo de bem-estar, riqueza ou civilização, pois o desenvolvimento ao longo da história tentou e ainda tenta impor uma homogeneidade que reprime a diversidade de modos de vida existentes em diferentes sociedades.

Além disso, a parte do discurso da UFOPA que se refere em justificar sua criação baseada na “formação de recursos humanos de alto nível” e na “contribuição para a solução dos grandes desafios do país em relação a Amazônia”, reproduz a representação histórica de que a região precisa ser ocupada e explorada a partir do conhecimento técnico científico. Segundo as

ideias centrais do conceito de representação por Chartier (1988), essas representações não são neutras, pois são investidas de disputas simbólicas, relações de poder proferidas pelas instituições que foram construídas socialmente. Nisso, é importante pensar na reprodução dessa representação presente no discurso da UFOPA de que a região é uma fronteira a ser gerida e racionalizada, o que incide na permanência do discurso de desenvolver a Amazônia, apresentado como uma narrativa inquestionável que é assumida por diversos agentes sociais, entre eles, as universidades, como é o caso da UFOPA.

A UFOPA, parte do Programa de Expansão das universidades federais (REUNI) é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica. De acordo com a Lei nº12.085/2009 que cria oficialmente a UFOPA, na implantação da UFOPA era previsto no projeto de lei 41 novos cursos de graduação com meta de 10.710 vagas e o quadro inicial de 432 docentes efetivos. O próprio texto legal destaca também investimentos em infraestrutura física pelo REUNI.

No entanto, é importante levantar questões acerca da expansão planejada e da execução prática. Nesse sentido, é importante pensar: Os investimentos em infraestrutura foram suficientes para garantir qualidade no ensino? A contratação de docentes considerou a diversidade de áreas exigidas pelos cursos planejadas? A interiorização democratizou o acesso ou apenas criou polos com infraestrutura deficiente e baixa permanência estudantil? Nesse viés, como apontam Pessôa, Costa e Silva (2022), apesar da universidade ter contribuído para expandir o ensino superior na região, muitas metas não tiveram êxito. Tal como a implantação de cursos que tiverem obstáculos quanto à infraestrutura, contratação de professores e adaptação curricular no que se refere as realidades da região. Isto é, a execução de políticas públicas tal como o REUNI precisa estar alinhada com a complexidade do contexto histórico e social da região.

Além disso, uma análise direcionada para essa política de interiorização do ensino superior na região do Pará precisa ser vista além de uma perspectiva quantitativa quanto à quantidade cursos ou de vagas disponibilizadas, uma vez que é necessário refletir se essa interiorização tem de fato sido acessível a fim de promover uma justiça igualitária educacional, principalmente no ensino superior da região. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2022), a UFOPA tem tido extensão e pesquisas relevantes com pequena abrangência e impacto estrutural. No entanto, é possível mencionar avanços importantes no que se refere à participação da universidade em projetos de desenvolvimento sustentável na

Amazônia, tal como de ações direcionadas para inclusão de povos indígenas e de comunidades no que se refere à geração de renda. Tal como o “Projeto de bioeconomia que desenvolve produção sustentável de mandioca e peixes¹⁶” entre esses e outros projetos importantes como “Rede Pará de Estudos sobre Contas Regionais e Bioeconomia”¹⁷ que criam parceria com as outras universidades deste artigo como a UNIFESSPA, UFPA com o intuito de realizar estudos sobre a bioeconomia e o desenvolvimento socioeconômico do Estado e de suas regiões a partir de metodologias consolidadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além da UFOPA, o Programa de Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciado em 2003, criou em 6 de junho de 2013, com a vigência da Lei Federal nº 12.824, no governo da Presidenta Dilma Rousseff, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). De acordo como o PDI (2014-2019) da UNIFESSPA (2013), no tópico onde ela apresenta seu “Perfil Institucional” no subtópico “Breve histórico”, discursa que:

As necessidades sociais postas e a urgência de sua solução, a sociedade local **aspirava por uma universidade própria, diversificada, ampla e sólida**, seja pela **distância da capital, Belém, seja pelas dificuldades de comunicação**, como também por suas tradições e população. (UNIFESSPA 2013, PDI, 2014-2019, p.27 **grifo nosso**)

O discurso de que a sociedade local “aspirava por uma universidade própria, diversificada, ampla e sólida” propõe uma narrativa linear e passiva em torno da criação da UNIFESSPA. Nesse sentido, essa narrativa pode naturalizar os conflitos políticos de desigualdades e de disputas por territórios que atravessaram e ainda atravessam a interiorização do ensino superior na região. Como também, em atribuir à “sociedade local” um desejo único de ter uma universidade, o que remete a pensar num desconhecimento da complexidade social da região que também é marcada por conflitos e disputas fundiárias entre elites locais e movimentos sociais das comunidades locais. Além dessa problemática, é importante refletir quem são os sujeitos que compõem essa “sociedade que aspirava por uma universidade própria?” em que medida grupos de comunidades como indígenas, quilombolas e ribeirinhos fizeram parte desse processo para criar uma universidade? A ausência dessa especificidade no discurso concerne em questionamentos quanto ao acesso e na participação na construção dessa universidade “diversificada”.

¹⁶ Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/projeto-de-bioeconomia-quer-desenvolver-producao-sustentavel-de-mandioca-e-peixes/>

¹⁷ Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/61715/fapespa-cria-nova-rede-de-bioeconomia-em-parceria-com-universidades-ufpa-unifesspa-e-ufopa>

Outrossim, é também analisado no discurso da UNIFESSPA que o destaque para elementos como a “distância da capital ou as dificuldades de comunicação” como justificativas para criação da UNIFESSPA, minimiza a historicidade no que se refere à aspectos estruturais, tal como a centralização de investimentos da educação no ensino superior no Sul e Sudeste e da negligência de políticas públicas com as regiões periféricas. Isto é, a ausência de complexificar a centralização histórica do sistema universitário no Brasil minimiza a função da interiorização como uma política de ruptura da desigualdade regional, principalmente, quanto ao REUNI, que foi responsável por disseminar essa descentralização.

Ao problematizar esses aspectos do discurso da UNIFESSPA, é imprescindível voltar a refletir acerca das interdições que atingem essa narrativa. Segundo Foucault (1970), é necessário refletir que as narrativas proferidas pelas instituições não são meros documentos institucionais, uma vez que as escolhas do que pode ou não ser dito apresenta um discurso controlado por quem detém um determinado poder, e a partir das análises desses documentos oficiais, grupos de comunidades como indígenas, quilombolas e ribeirinhos não fizeram parte desse processo de criação de uma universidade para Amazônia.

Apesar disso, o surgimento da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no Oeste do estado representam marcos históricos na política de interiorização do ensino superior no Brasil, sobretudo, no contexto do REUNI. As instituições foram implantadas em regiões negligenciadas, anteriormente por políticas educacionais federais no que se refere em incluir e ampliar o acesso ao ensino superior a populações marginalizadas como ribeirinhos, quilombolas e indígenas. No entanto, é preciso refletir que embora as universidades tenham sido criadas para responder as demandas locais, os discursos acerca do desenvolvimento da Amazônia esbarram com a dependência dessas universidades de políticas públicas que na grande maioria das vezes, não consideram as especificidades territoriais. Outro aspecto relevante a ser destacado pela UNIFESSPA refere-se ao seu primeiro PDI, publicado em 2018, com vigência de 2014 a 2019. Nesse documento, a universidade aborda sua representação na sua criação para região, conforme descrito no tópico “Perfil Institucional” especialmente no subtópico “Breve Histórico”:

Um fato de profundo significado político e social, que mudou o cenário presente e o destino de uma das regiões brasileiras mais ricas em recursos naturais, mas ainda excluída dos investimentos e oportunidades de crescimento. A Unifesspa foi a segunda universidade pública criada no interior da Amazônia e significou **uma demonstração da sensibilidade governamental com a redução das desigualdades regionais**, por meio do investimento em educação. A Amazônia necessitava de um choque de educação, dado seu triste desempenho nos índices educacionais. (UNIFESSPA 2013, PDI, 2014-2019, p.27 **grifo nosso**)

O discurso no PDI da UNIFESSPA apresenta a criação da universidade como um “fato de profundo significado político e social”, o que demonstra um afastamento da historicidade no que se refere ao silenciamento dos conflitos fundiários, lutas por direitos de terra, educação em uma das regiões mais ricas em recursos naturais e, de forma contraditória, a mais desacolhida dos investimentos estatais. Numa primeira análise, é possível perceber que a afirmação de que a criação da UNIFESSPA foi uma “demonstração da sensibilidade governamental com a redução das desigualdades regionais”, atribui a atuação do Estado como um agente providencial que quase superou todas as desigualdades regionais. Todavia, é necessário refletir até que medida essa sensibilidade foi espaço de pressões sociais e articuladas por movimentos sociais e em qual medida isso se adentrou numa política expansionista como a do REUNI que também disseminava interesses econômicos? Essa representação da criação da universidade como uma concessão sugere ocultar diversas mobilizações sociais que requeriam um acesso à educação superior no interior da Amazônia.

Por tanto, torna-se fundamental compreender a história da região do estado do Pará que abrange a área amazônica onde as universidades estão inseridas. Essa compreensão é possível a partir da análise do contexto histórico-político e de suas implicações, especialmente no que diz a respeito à proposta de expansão universitária como estratégia para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, é necessário pensar as universidades e suas narrativas como objetos históricos, considerando que os discursos sobre a concepção dessas instituições no desenvolvimento regional têm se mantido desde sua criação até os dias atuais, mesmo que essa concepção de universidade tenha sido submetida às transformações no decorrer do tempo. Além disso, políticas públicas políticas, mais especificamente, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), devem ser problematizadas, pois influenciam e consolidam os discursos e as representações dessas universidades, principalmente, no que se refere à construção das concepções institucionais.

Sobretudo, destaca-se a concepção central atribuída às instituições no fomento ao desenvolvimento econômico que acompanham as políticas desenvolvimentistas brasileiras do século XXI, que frequentemente privilegiam a atuação do Estado em detrimento das mobilizações sociais de comunidades locais e de lideranças regionais que, por vezes, são silenciadas nos discursos oficiais, inclusive das universidades em questão. Ademais, é preciso considerar que a concepção de universidade para Amazônia é, por vezes, apresentada como solução para a maioria dos problemas regionais e nacionais relacionados à região. No entanto,

essa visão pode desconsiderar ou se afastar das especificidades territoriais, sociais e culturais das populações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para pensar os discursos sobre o desenvolvimento regional identificado como características das universidades analisadas, foi preciso analisar os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) como instrumentos de planejamento das universidades transformados em fontes históricas. Isso permitiu revelar as concepções dessas instituições a partir de uma análise da apresentação dos discursos da história, missões e objetivos que essas instituições apresentam de médio a longo prazo por meio da publicização desses PDIs. Além disso, foi imprescindível discutir a implicação de políticas públicas nas representações desses discursos apresentados pelas instituições, uma vez que as universidades analisadas foram criadas por intermédio de planos como o Plano de Restuturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) iniciado em 2007. Outro ponto analisado, foram as controvérsias entre o discurso oficial do REUNI, direcionado à democratização do acesso e ao desenvolvimento regional, e a sua implementação que nem sempre respondem de forma concreta aos desafios históricos, sociais, culturais da região da Amazônia como visto nos discursos das instituições em seus próprios sites oficiais.

Considerando o objetivo de análise, de identificar qual o tipo de desenvolvimento apresentado pelas instituições em seus discursos, foi possível perceber que as concepções de universidade para Amazônia são estruturadas por um diálogo de universidade e região. Nesse sentido, o autor Maurício Serra (2018) em “Universidades e Desenvolvimento Regional” apresenta o modelo de “desenvolvimento endógeno” que seria um processo de integração da universidade e região, que se forma no interior para o exterior da região em áreas “menos desenvolvidas”. De acordo com o professor economista Serra (2018), as concepções de universidades direcionadas para uma região envolvem no discurso características direcionadas a mobilização social e política de recursos humanos e institucionais. No entanto, ocorre que no decorrer da análise dos discursos das universidades nos PDIs, foi possível perceber que os principais elementos que regem os discursos silenciam as especificidades sociais, culturais e históricas das sociedades que fazem parte da região das universidades.

Além disso, as concepções apresentadas permitiram problematizar qual é o tipo de modelo de desenvolvimento proposto por essas instituições, uma vez que segundo Rist (2008),

não há um único modelo de bem-estar, riqueza ou civilização, pois o desenvolvimento ao longo da história tentou e ainda tenta impor uma homogeneidade que reprime a diversidade de modos de vida existentes em diferentes sociedades. Quanto à política pública do REUNI, ao promover uma expansão por meio de metas quantitativas, como aumento de vagas, criação de novos cursos e a ampliação de campi, por vezes, negligenciou as especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas da região amazônica. Pois de acordo com Santos (2014), a infraestrutura precária nos campi interiorizados não foi devidamente estruturada, funcionando por anos em prédios improvisados, sem laboratório e bibliotecas ou acesso à internet de qualidade.

Além disso, segundo Lima (2013), o REUNI quanto à permanência estudantil e as igualdades de acesso ao ensino superior possuíram limitações, uma vez que foi expandido o número de vagas, mas não ampliou na mesma medida políticas que contribuíssem para a permanência estudantil, tal como moradia, transporte e alimentação. Ademais, estudantes de comunidades indígenas, quilombolas ou ribeirinhas enfrentam dificuldades em permanecer nos cursos em virtude dos custos com deslocamentos.

Por tanto, foi possível perceber que o REUNI em vez de fortalecer uma universidade “da” e “para” a Amazônia contribuiu para disseminar um modelo institucional concentrado e distante das especificidades da região, o que gera um questionamento no que se refere ao discurso de um modelo de universidade para Amazônia e de uma construção de fato de uma instituição amazônica. Outrossim, quanto a representação das universidades nos discursos, foi possível identificar que a presença da universidade e o discurso direcionado para o desenvolvimento da região amazônica, não garante por si só a ampliação do ensino superior, já que o deslocamento é um desafio significativo para grande maioria da população local. Segundo Cunha (2020), a diversidade dos municípios que incluem regiões do Baixo Amazonas, região onde se encontra a UFOPA, caracterizada por uma grande extensão territorial e dispersão populacional, revelam a complexidade socioeconômica e cultural, uma vez que a expansão deve considerar as especificidades locais.

Outrossim, foi possível identificar que as universidades apresentam em suas narrativas institucionais um discurso homogêneo e passivo quanto à motivação das suas criações para região Amazônica. O discurso de que a sociedade local clamava por uma universidade própria, diversificada, ampla e sólida para a Amazônia propõe uma narrativa uniforme que naturaliza os conflitos políticos de desigualdades e de disputas por territórios que atravessaram e ainda atravessam a interiorização do ensino superior na região. Como também, em atribuir à sociedade local um desejo único de ter uma universidade, o que remete a refletir num

desconhecimento da complexidade social da região que também é marcada por conflitos e disputas fundiárias entre elites locais e movimentos sociais das comunidades locais.

Além dessa problemática, foi possível refletir quem são os sujeitos que compõem a “sociedade que aspirava por uma universidade própria?” em que medida grupos de comunidades como indígenas, quilombolas e ribeirinhos fizeram parte desse processo para criar uma concepção de universidade para a Amazônia? A ausência dessa especificidade no discurso concerne em pensar na ausência da participação das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas na construção dessa universidade.

Apesar disso, foi possível perceber que o surgimento das universidades criadas pelo REUNI representa marcos históricos na política de interiorização do ensino superior no Brasil, em virtude das metas quantitativas em expandir o número de vagas das universidades, criar universidades, ampliar cursos em regiões negligenciadas, que possibilitessem o acesso do ensino superior às populações marginalizadas como ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

Nesse contexto, foi possível refletir que embora as universidades tenham sido criadas para responder as demandas locais, os discursos acerca do desenvolvimento para a Amazônia esbarram com a dependência dessas universidades de políticas públicas nacionais que, na grande da maioria das vezes, não consideram as especificidades territoriais. Isto é, um discurso direcionado para demonstrar uma sensibilidade governamental atribui as universidades um papel providencial que quase supera todas as desigualdades regionais. No entanto, é preciso refletir se esse discurso de sensibilidade foi espaço de pressões sociais e articuladas por movimentos sociais e em quais medidas isso se adentrou numa política expansionista como a do REUNI que também disseminava interesses econômicos e políticos. Por tanto, foi possível identificar que essa representação da criação da universidade para a Amazônia também sugere ocultar diversas mobilizações sociais que requeriam um acesso à educação superior no interior da Amazônia.

É imprescindível interpretar historicamente que a propagação desse discurso de desenvolvimento para Amazônia perpetuou não só na criação políticas de desenvolvimento, que foram em grande parcela excludentes e ideológicas, como também incidiu na construção e permanência de um discurso direcionado para o desenvolvimento para a Amazônia, o qual é apresentado como um discurso inquestionável que é assumido por a diversos agentes sociais, entre eles as universidades federais do estado do Pará.

Ao pensar uma concepção de universidade para a Amazônia por meio dos discursos, foi possível identificar que as universidades não consideram um modelo de desenvolvimento

diverso, mas propõe que há um único modelo de bem-estar, riqueza ou civilização, pois existe um afastamento da historicidade da região, bem como dos anseios das comunidades locais como indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

Nesse contexto, segundo Berttha Becker (2005), é possível perceber que as instituições utilizam do conceito de desenvolvimento para a Amazônia direcionado para uma integração forçada, de exploração e de políticas públicas com o pretexto de reduzir as desigualdades, que por vezes, reforça a definição de quem são os lugares atrasados que são atrelados a um processo de dependência e de exclusão. Partindo dessa discussão, foi possível perceber, que é preciso criar modelos de desenvolvimento adequados à realidade local, pois a grande maioria dos modelos de desenvolvimento impostos para determinadas regiões são disseminados para regiões consideradas como periféricas, ou seja, não são consideradas as condições históricas, sociais e políticas locais.

Nesse contexto, quando se fala dos discursos direcionados para o desenvolvimento da região da Amazônia, é importante considerar as historicidades da região, uma vez que, segundo Becker (2005), na história republicana brasileira a Amazônia foi apresentada e vista como uma região periférica com recursos naturais, mas que do ponto de vista econômico, era uma região atrasada. Ou seja, é preciso desnaturalizar esses discursos, que de acordo com Foucault (1970), são campos de disputas que criam realidades, influenciam comportamentos e estabelecem verdades.

Partindo disso, é importante enfatizar que a região do estado do Pará é marcada pela criação de universidades com a concepção de atender as demandas do desenvolvimento. De acordo com isso, Gomes (2011) diz a respeito da criação da UFOPA para a região amazônica:

A criação de uma universidade pública significa, não só descrever os fatos históricos ou momento político, que existe um movimento de reflexão, discussão, articulação e tomada de decisão para concretização de tal obra social, mas, principalmente o de ressaltar a ação dos atores que empreenderam um grande esforço para tornar possível a realização **de uma grande obra educacional**. (GOMES, 2011, p.16 **grifo nosso**).

Embora Gomes (2011) ressalte a valorização do protagonismo de determinados agentes, é necessário refletir sobre a centralização da atuação estatal em detrimento das mobilizações sociais de comunidades locais e das lideranças regionais, que acabam sendo marginalizadas nas narrativas institucionais. Além disso, a ideia de uma “grande obra educacional” voltada para a Amazônia, é, por vezes, apresentada como uma solução para maioria dos problemas regionais

da Amazônia. Entretanto, essa concepção pode se afastar das realidades territoriais e culturais das populações locais, desconsiderando suas especificidades e saberes.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

- ALMEIDA, Alfredo** Wagner Berno de (org.). *Educação superior e diversidade na Amazônia*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2013.
- BRASIL**. Constituição Federal, 1988, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, p. 118.
- BRASIL**. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. *Diário Oficial da União: seção I*, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm.
- BOAVENTURA. Edivaldo**. Universidade Brasileira-procura de uma concepção. Fórum, Rio de Janeiro, 1978, p.3-20
- BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos**. A modernização ecológica conquistando hegemonia nos discursos ambientais: o caso da Zona Franca de Manaus. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1–20, ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/KJtLbj3ksDLpx8CTGdFtb7p/>. Acesso em: 4 maio 2025.
- BECKER, Bertha K.** *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BERNARDES, Júlia Adão**. Expansão do agronegócio na Amazônia: dinâmicas e contradições. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 1, p. 60–73, jan./jun. 2022.
- COUTO, Aiala** Colares de Oliveira; **SANTOS, Tiago Veloso dos**; **RIBEIRO, Wilame de Oliveira** (org.). *Amazônia: fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais*. Belém: EDUEPA, 2020.
- COSTA, Camila Furlan da; SILVA, Sueli Goulart**. *Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil*. Revista Eletrônica de Administração (REAd), v. 25, n. 1, p. 1–26, 2019.
- CUNHA, Pedro Gomes da**. Ensino superior na Amazônia: desafios e perspectivas para a interiorização. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, e250063, 2020
- CHARTIER, Roger**. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DE SOUZA. Matilde**. Transamazônica: integrar para não entregar. *Nova Revista Amazônica*, v.VIII-nº01, p.138-145.
- ÉSTHER. Angelo**. Qual Universidade para qual sociedade? Universidade Federal de Juiz de Fora, *Revista Holos*, 2016, p.350-358.

- FÁVERO, Maria.** A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, nº28, Editora UFPR, 2006, p. 17-35.
- FURTADO, Celso.** *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FERREIRA, Jorge.** O Brasil Republicano: O tempo da Nova República, da transição democrática à crise política de 2016. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2018.
- FOUCAULT, Michel.** A ordem do discurso. Paris, Edição LOYOLA, 1970, p.7-15.
- GOMES, Izabel.** O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PARA A AMAZÔNIA: Os bastidores da construção da UFOPA. Belém. UFOPA, 2011. p.68-78.
- REISDORFER, Thiago.** “Torres de marfim”? O desenvolvimento como missão das universidades federais brasileiras (2004-2019). Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 13, n. 28, p. 45-64, jan./abr. 2021.
- KANG, T. H.** *Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930–1964*. Latin American Research Review, v. 52, n. 1, p. 35–49, 2017.
- LIMA, Débora Borges; GONÇALVES, Lúcia Maria Werneck Vianna.** REUNI e democratização do acesso ao ensino superior: avanços e limites das políticas de permanência. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 686–709, 2013.
- SERRA, Maurício.** Universidades e Desenvolvimento regionais: As bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p.21-36
- SERRA, Maurício.** Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), 2004, p.109-112.
- SANTOS, Nildo da Silva dos.** REUNI e o projeto de expansão das universidades públicas federais no Brasil: uma análise da implantação dos novos campi da UFPA no interior do Pará. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 30, n. 2, p. 299–317, 2014.
- RIST, Gilbert.** *O desenvolvimento: história de uma crença ocidental*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.
- PESSÔA, Elen Cristina da Silva; COSTA, Izaura Cristina Nunes Pereira; SILVA, Luiz Gonzaga Feijão da.** A expansão do sistema nacional de ensino superior na Amazônia: o exemplo da Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém-PA. In: MACEDO, Fernando Cesar de; MONTEIRO NETO, Aristides; VIEIRA, Danilo Jorge (org.). *Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI*. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. ISBN 978-65-5635-030-1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo16>.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: *O populismo e sua História*. 2001, p.167-205.

OLIVEIRA, Thiago. Do Sudeste da Amazônia Legal ao Centro Norte: as transformações econômicas espaciais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*. Recife, v. 19. p. 164-168.

OLIVEIRA, Manuela. Fapespa cria Rede de Bioeconomia em parceria com universidades UFPA, UNIFESSPA e UFOPA. *Agência Pará*, Belém, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/61715/fapespa-cria-nova-rede-de-bioeconomia-em-parceria-com-universidades-ufpa-unifesspa-e-ufopa>.

OLIVEIRA, André Junior de; **ALMEIDA, Lauro Brito de**; **CARNEIRO, Teresa Cristina Janes**; **SCARPIN, Jorge Eduardo**. Programa REUNI nas instituições de ensino superior federal (IFES) brasileiras: um estudo da eficiência operacional por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA) no período de 2006 a 2012. *Revista de Administração Pública*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. Projeto de bioeconomia quer desenvolver produção sustentável de mandioca e peixes. *UFOPA*, Santarém, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/projeto-de-bioeconomia-quer-desenvolver-producao-sustentavel-de-mandioca-e-peixes/>.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2010–2014. Belém, PA: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução de aprovação do Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2001–2010. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (Unifesspa). Plano de Desenvolvimento Institucional. Marabá: Unifesspa, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ). Plano de Desenvolvimento Institucional. *UFOPA*, Santarém, 6 nov. 2012.